**REVISÃO SISTEMÁTICA: A ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Adriana da Silva Maria Pereira – ProPEd/UERJ[[1]](#footnote-1)

Annie Gomes Redig – ProPEd/UERJ[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O presente estudo visa analisar os trabalhos submetidos no Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) organizado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2016 a 2023, por meio da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), voltados para a promoção da acessibilidade e suas dimensões no contexto do ensino para estudantes com deficiência intelectual matriculados na Educação Profissional, levando em consideração a reserva de vaga para esse público nos institutos federais de ensino a partir da Lei n.º 13.409/2016. Verificamos que no período analisado apenas oito trabalhos submetidos no CBEE apresentam estudos relacionados à acessibilidade no contexto da Educação Profissional na vertente do processo formativo. Sendo assim, concluímos que apesar dos avanços significativos apresentados pelos resultados das pesquisas em relação à implementação de propostas educacionais voltadas para a promoção da acessibilidade na Educação Profissional, ainda é necessário ampliarmos a discussão sobre essa temática, para traçarmos novos caminhos para a profissionalização, escolarização e inclusão laboral dos estudantes com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Profissionalização. Deficiência Intelectual. Revisão Sistemática.

**INTRODUÇÃO**

A perspectiva da Educação Inclusiva visa não só a inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial[[3]](#footnote-3) na rede de ensino comum garantindo a sua matrícula e permanência, mas assegura que esse alunado terá todo o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio das salas de recursos multifuncionais e acessibilidade em diferentes dimensões (Brasil, 2008).

Para Redig e Mascaro (2022, p.738) o processo de inclusão relaciona-se com “acesso, participação e construção do conhecimento para todos”. Um caminho para garantir “que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados, e que possam desfrutar de um verdadeiro sentimento de pertencimento” (Unesco, 2020, p.7).

Diante do exposto, esta pesquisa tem a proposta de analisar os trabalhos submetidos no Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) no período de 2016 a 2023, relacionados à temática acessibilidade para estudantes com deficiência intelectual matriculados na Educação Profissional.

**METODOLOGIA**

A busca dos trabalhos apresentados no CBEE foi realizada por meio do acervo digital de 2016, 2018 e 2021 e no site do evento em 2023, com base na Revisão Sistemática de Literatura (RSL). O recorte temporal resultou-se a partir do ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial a partir da reserva de vagas em instituições de Ensino Profissionalizante por meio da a partir da Lei n.º 13.409/2016 (Brasil, 2016).

Sendo assim, realizamos a seleção dos trabalhos nos eixos intitulados: Eixo 05) Serviços de apoio à escolarização, a Formação Profissional e Tecnológica na perspectiva da Acessibilidade; Eixo 10) Educação Especial, Profissionalização, Programa de Transição e Trabalho; Eixo 14) Formação e Acessibilidade no Ensino Superior, Profissional e Tecnológico. A partir da leitura dos títulos, palavras-chave (deficiência intelectual, educação profissional, acessibilidade), resumo, texto completo, extração dos dados, avaliação e interpretação (Costa; Fontanari; Zoltowaki, 2022).

Após realizar as etapas sugeridas por Costa; Fontanari; Zoltowaki (2022) selecionamos oito trabalhos de um total de 19 submetidos, que foram divididos em três categorias temáticas 1) Currículo; 2) Revisão de Literatura e Análise Documental e 3) Inclusão Escolar.

Tabela 01 – Tabela com os dados dos trabalhos

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Eixo** | **Autores** | **Título** | **Categorias** |
| 2016 | 10 | Redig, Mascaro | Estudantes com deficiência intelectual: perspectivas para a vida adulta e o Plano Individual de Transição | Currículo |
| 2016 | 10 | Chagas, Pacheco e Fernandes | Currículo de Promoção ao trabalho e a pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual | Currículo |
| 2018 | 12 | Teófilo e Ferreira | Política de inclusão: o desafio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF Sudeste /MG | Revisão de Literatura e Análise Documental |
| 2018 | 12 | Redig, Nascimento e Pinheiro | Profissionalização de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma análise das produções do VII CBEE | Revisão de Literatura e Análise Documental |
| 2021 | 14 | Barbaro, Oliveira, Lehnhart e Castro | Educação Especial do desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual da educação profissional e tecnológica. | Inclusão Escolar |
| 2023 | 05 | Volante e Vilaronga | Inclusão Escolar nos institutos  federais: o que dizer as equipes multiprofissionais | Inclusão Escolar |
| 2023 | 05 | Pereira, Sousa e Mafra | A contribuição do NAPNE para a implementação de ações inclusivas na Educação Profissional | Inclusão Escolar |
| 2023 | 05 | Santos, Vilaronga e Mendes | Plano Educacional Individualizado: interlocução com profissionais dos institutos federais para o desenvolvimento de um protocolo. | Currículo |

Fonte: Elaborado pelas autoras

**O QUE REVELAM AS PESQUISAS?**

Consideramos relevante e primordial esse tipo de investigação científica, para identificar como os percursos formativos na Educação profissional de estudantes com deficiência intelectual privilegiam a acessibilidade. Nesse sentido, apresentamos a seguir o estudo das categorias, aproximações e diferenças.

Currículo

No estudo de Redig e Mascaro (2016) apontam a perspectiva da acessibilidade a partir da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano Individualizado de Transição (PIT). As autoras destacam a importância de personalizar o currículo para “preparação efetiva para o ingresso no mundo do trabalho” (p.3). Já Chagas; Pacheco e Fernandes (2016) a partir da reformulação do Projeto Político Pedagógico que contempla um Programa curricular de Transição para o Mundo Trabalho em cursos de Formação Inicial e Continuada em uma escola de educação profissional trazem a acessibilidade pautada no uso da Tecnologia Assistiva.

Santos; Vilaronga e Mendes (2023) com a ideia de aumentar a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial ressaltam a importância do PEI e sua eficácia como um protocolo que garante um planejamento atrelado à acessibilidade.

Revisão de Literatura e Análise Documental

A implementação de ações e estratégias para o ensino na perspectiva da diversidade e multiculturalidade não é desafiador para as instituições de ensino comum. Teófilo e Ferreira (2023) discute sobre esse assunto a partir de sua pesquisa realizada mediante a análise documental institucional da estrutura do Instituto Federal Sudeste localizado em Minas Gerais. Sendo assim, deduzem que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição apresenta lacunas em relação à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Redig; Nascimento e Pinheiro (2018, p.8) enfatizam a importância da escola no processo de profissionalização do estudante com deficiência intelectual e “a necessidade de ampliação nas discussões e de trabalhos sobre esse processo”, na transição para a vida independente e/ou mercado de trabalho.

Inclusão Escolar

Volante e Vilaronga (2023) indagam sobre a falta de acessibilidade os institutos federais, a partir da percepção dos servidores que atuam nessa instituição. Ao realizar a leitura do trabalho Pereira; Sousa e Mafra (2023) observamos que dialoga com Volante e Vilaronga (2023, p.5): “A gente sente muita dificuldade no ingresso da pessoa com deficiência no Câmpus [...] porque falta muita acessibilidade. A gente tem a tradução do edital em Libras, mas só fica nisso (Antônia/Assistente Social – SR2)”.

Barbaro *et al*. relata práticas pedagógicas com desdobramentos em diversas temáticas relacionadas ao cotidiano, inclusive, o universo universitário para estudantes com deficiência intelectual, com o intuito de contribuir na autonomia e independência, proporcionando experiências enriquecedoras. As atividades foram fundamentais para a sua formação acadêmica e contemplaram a acessibilidade comunicacional.

Em relação às aproximações, todas as pesquisas enfatizam a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no ambiente educacional e de trabalho e que tanto o PEI e o PIT são ferramentas de extrema importância para a alcançar uma melhor inclusão dessas pessoas em espaços educacionais e de trabalho. A inclusão não é vista como apenas um direito institucional, mas sim como uma forma de produzir autonomia e cidadania total para esses indivíduos. O programa TMT (Transição para o Mercado de Trabalho) e iniciativas do ~~I~~nstituto Federal do Sudoeste de Minas Gerais mostram a necessidade de desenvolvimento e implementação de programas como esse que promovem a transição da escola para o trabalho, auxiliando estudantes a adquirirem competências importantes para ingressar e permanecer nesse mercado.

As pesquisas reforçam sobre o uso da avaliação contínua e processual, que é uma semelhança significativa. Há um consenso em adaptar avaliações em relações as necessidades que cada aluno possui, garantindo que todos recebam o devido suporte para o seu desenvolvimento. Ferramentas como o PEI e o PIT são frequentemente mencionadas como essenciais para avaliação e o planejamento educacional. Esses instrumentos permitem um acompanhamento personalizado, ajustando as capacidades e metas de cada aluno.

Os programas TMT junto aos projetos desenvolvidos pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas), focam em desenvolver competências sociais, autonomia e habilidades práticas, cruciais para a inclusão social e laboral dos alunos com deficiência intelectual, destacando a importância de promover a autonomia e as habilidades de comunicação, fundamentais para a interação social e inserção no mercado de trabalho.

Nessas pesquisas, encontram-se uma ênfase na necessidade de formação contínua para professores e profissionais da educação para poderem lidar eficazmente com as particularidades dos alunos com deficiência. As políticas do Instituto Federal Sudoeste de Minas Gerais e as ações do NAPNE incluem a capacitação de docentes como um pilar fundamental para a eficácia dos programas de inclusão. A formação contínua e especializada é vista como essencial para a implementação de práticas inclusivas de qualidade.

As criações de parcerias com empresas e órgãos públicos também são citadas como crucias para a inclusão laboral. Além disso, Volante e Vilaronga (2018) salientam a importância da colaboração entre diversas áreas e atores, sugerindo que uma abordagem multidisciplinar é crucial par o sucesso dos programas de inclusão.

Em relações as diferenças, podemos citar o foco diverso que os programas possuem. Enquanto o TMT se concentra mais em preparar alunos com deficiência intelectual para o mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes específicos, o Instituto Federal Sudoeste de Minas Gerais aborda a inclusão por um conceito mais amplo. Nele é considerado a acessibilidade e as políticas institucionais de maneira mais abrangente, buscando integrar os alunos todos os aspectos da vida acadêmica e social.

O uso do PEI e do PIT é enfatizado em Santos; Vilaronga e Mendes (2023) e Redig, Nascimento e Pinheiro (2018). No entanto, Pereira; Sousa e Mafra foca mais em ações práticas e curriculares do que em ferramentas formais de avaliação. Por exemplo, o protocolo PEI (ProPEI) sugere um protocolo específico para a elaboração do PEI, destacando a complexidade e a necessidade de um envolvimento multidisciplinar. Essa abordagem mais estruturada contrasta com outras pesquisas que priorizam a adaptação prática e flexível dos currículos.

A falta de infraestrutura também é um tópico mencionado tanto em Teófilo e Ferreira (2018) quanto em Pereira; Souza e Mafra (2023), porém se diferenciam entre as duas. Enquanto a primeira destaca esse fator, sendo um desafio significativo para a inclusão, a segunda aborda menos essa questão, focando mais nas metodologias e conteúdos programáticos. A disponibilidade de recursos, como intérpretes de LIBRAS, é mencionada como um ponto crítico em Teófilo e Ferreira (2018), sublinhando a necessidade de investimentos em infraestrutura para suportar a inclusão efetiva.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos trabalhos apresentados no CBEE apresenta um avanço significativo em relação à promoção da acessibilidade nas propostas de ensino na Educação Profissional para os estudantes com deficiência intelectual perpassando a personalização o currículo, a proposta político pedagógica da instituição, a transição para o mercado de trabalho e os serviços de atendimento.

Porém, ainda é necessário investir em mais pesquisas nessa área tendo em vista que o aumento de matrículas de estudantes com deficiência intelectual no ensino médio nos institutos federais de educação em cursos profissionalizantes (Brasil, 2023). Isso irá contribuir não só para o acompanhamento desses estudantes pelos profissionais da educação, mas também, possibilitar traçar ações de implementação efetiva da acessibilidade e suas diversas dimensões.

**REFERÊNCIAS**

BARBARO, Natalia Kulzer; OLIVEIRA, Raicha Figueira de; CASTRO, Sabrina Fernandes de. Educação Especial e o desenvolvimento de estudantes com deficiência

intelectual da Educação Profissional e Tecnológica. *In:* 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2021, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2021. Disponível em: https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 21 mar. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em 08 abr. 2024

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica: resumo técnico – versão preliminar**, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\_e\_indicadores/resumo\_tecnico\_censo\_escolar\_2023.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHAGAS, Patrícia Monteiro Lima; PACHECO, [Ana Paula de Carvalho Machado;](https://proceedings.science/proceedings/55/_papers/49466?lang=pt-br)

FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. Currículo de promoção no trabalho e a pessoa jovem e adulto com deficiência intelectual. *In:* 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2016, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2016. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee7. Acesso em: 30 abr. 2024.

COSTA, Angelo Brandelli; FONTANARI, Anna Martha Vaitses; ZOLTOWSKI, Ana Paula. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In:* KOLLER, Silvia Helena.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.). **Manual de produção científica***.* pp. 130-165. Porto Alegre: Penso, 2022 Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/925. Acesso em: 20 abr. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica de Aquino de Carvalho; REDIG, Annie Gomes. Estudantes com deficiência intelectual na escola: práticas pedagógicas exitosas. **Revista Teias.** V. 22, n. 66, p. 66-79 jul./set. 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/57019/38788. Acesso em: 20 fev. 2024.

PEREIRA, Clemoar Sousa; SOUSA, Vilson Morais de; MAFRA, Layane Mendonça. A contribuição do NAPNE para implementação de ações inclusivas na Educação Profissional. *In:* 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2023, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2023?lang=pt-br Acesso em: 30 abr. 2024.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; ESTEF, Suzanli. Estudantes com deficiência intelectual: perspectiva para a vida adulta e o Plano Individual de Transição. *In:* 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2016, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2016. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee7. Acesso em: 30 abr. 2024.

REDIG, Annie Gomes; NASCIMENTO, Vanessa Lima do; PINHEIRO, Vanessa Cabral da Silva Pinheiro; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Profissionalização de Jovens e Adultos com deficiência intelectual: uma análise das produções VII CBEE. *In:* 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/profissionalizacao-de-jovens-e-adultos-com-deficiencia-intelectual-uma-analise-d?lang=pt-br. Acesso em: 30 abr. 2024.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho.  **O ensino da matemática e educação inclusiva: revisão sistemática da revista brasileira de educação especial**. Interfaces da Educação, 13(38). Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6500>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SANTOS, Jéssica Rodrigues; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Plano Educacional Individualizado com profissionais dos institutos federais para o desenvolvimento de um protocolo. *In:* 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2023, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2023?lang=pt-br. Acesso em: 30 abr. 2024.

TEÓFILO, Sandro Viera; FERREIRA, Eliana. Política de Inclusão: O Desafio do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. *In:* 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/politica-de-inclusao-o-desafio-do-instituto-federal-do-sudeste-de-minas-gerais?lang=pt-br. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNESCO. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020:** Inclusão e educação para todos. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721\_por. Acesso em: 03 fev. 2024

VOLANTE, Daniele Pinheiro; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Inclusão Escolar nos Institutos Federais: o que dizem as equipes multiprofissionais.** *In:* 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2023, São Carlos. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/cbee/cbee-2023?lang=pt-br. Acesso em: 30 abr. 2024.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação/UERJ, Rio de

   Janeiro, silva.maria@unesp.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED/UERJ), Rio de Janeiro, annieredig@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-2)
3. [↑](#footnote-ref-3)